

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão Negócios Estrangeiros e  
Comunidades Portuguesas  
Deputado Sérgio Sousa Pinto

S. Bento, 16 de dezembro de 2020

**Assunto:** Auditorias aos postos diplomáticos e consulares de Portugal no estrangeiro.

Entre 1999 e o corrente ano de 2020, apenas foram realizadas pelo Tribunal de Contas 5 auditorias aos postos diplomáticos e consulares de Portugal no estrangeiro: em 2000 na Embaixada de Portugal em Espanha, e em 2003 no Consulado Geral de Portugal em Paris, no Consulado de Portugal em Nogent-sur-Marne, no Consulado de Portugal em Versalhes e no Consulado Geral de Portugal em Genebra.

Segundo consta, decorreram igualmente auditorias parciais, das quais foram elaborados relatórios respeitantes à “Informatização dos Serviços Externos do MNE e iniciativas tomadas na sequência de anteriores recomendações” (2005, 2007) e ao “Acompanhamento de recomendações formuladas em relatórios anteriores” (2013, 2015).

Conduzidas pelos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, segundo relatórios de atividade disponibilizados no Porta Diplomático, terão sido desencadeadas em 2018, inspeções ordinárias às Embaixadas em Copenhaga e em Dili, assim como ao Consulado Geral em Nova Iorque e Consulado em Newark; em 2016 foram aparentemente concretizadas inspeções ordinárias a 2 embaixadas e 2 consulados-gerais, sem que se conheça a sua localização, o mesmo se verificando nos anos anteriores: em 2015, terão sido realizadas inspeções ordinárias a 4 embaixadas e a 2 consulados-gerais; em 2014 a 4 embaixadas e a 2 consulados-gerais assim como 2 extraordinárias; em 2013 a 4 embaixadas e a 1 consulado-geral assim como 2 extraordinárias; em 2012 a 2 embaixadas e 1 consulado assim como 2 extraordinárias; em 2011 a 2 Embaixadas assim como 2 extraordinárias.

Apesar deste cenário de relativa quietude no seio da rede externa portuguesa, especialmente no que a auditorias diz respeito, a verdade é que de há anos a esta parte têm vindo a público múltiplos acontecimentos que têm posto em causa o bom nome e o funcionamento das instituições diplomáticas e consulares portuguesas, com particular destaque para o Consulado Geral de Portugal em São Paulo, cujo antigo Cônsul-geral de Portugal em São Paulo chegou a ser investigado por suspeitas de utilização indevida de verbas públicas provenientes de representações diplomáticas de Portugal, através de uma conta bancária paralela com aproximadamente três milhões de euros.

Outros disfuncionamentos relacionados com cobrança indevida de emolumentos e tramitação financeira também têm sido reportados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo estranho, portanto, que estas indicações não tenham desencadeado uma ação inspetiva de larga escala juntos dos postos diplomáticos e consulares.

Ademais, a própria decisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros de externalizar a emissão de vistos recorrendo a empresas privadas, nomeadamente à VFS Global, não só tem contribuído para a cada vez mais visível marginalização dos trabalhadores vinculados ao Estado, mas também para colocar em xeque a questão a segurança na emissão dos referidos documentos.

Parece-nos, portanto, existir uma certa postura de demissão por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros no que à fiscalização dos postos diplomáticos e consulares diz respeito, que vá para além da mera prestação anual de contas.

Por isso, impõe-se retomar a necessária fiscalização, por forma a apreciar se as operações efetuadas são legais e regulares, se existem sistemas de controlo interno, se estes são fiáveis, e se as contas são elaboradas de acordo com as regras contabilísticas fixadas, incluindo a vistoria da ação da VFS Global. De igual modo, importa saber os motivos que justificam tal ausência de ação por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, por inerência, da Inspeção-Geral Diplomática e Consular, por parte da entidade responsável por este processo.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, e com vista à prestação de todos os esclarecimentos sobre o assunto em causa, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a realização requer a realização das seguintes audições:*

- Ex-Inspetor-Geral da Inspeção-Geral Diplomática e Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador José de Bouza Serrano
- Inspetora-Geral da Inspeção-Geral Diplomática e Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministra Plenipotenciária de 1.ª Classe Maria José Teixeira de Moraes Pires

A Deputada e o Deputado do Bloco de Esquerda,

Alexandra Vieira

Pedro Filipe Soares